



VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

População total
1,55 milhões

População em situação de pobreza ou extrema pobreza

221 mil

A Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) tinha registrado no Cadastro Único, até Fevereiro de 2023, 221.270 pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. Dessas, 89.526 tinham menos do que 15 anos ou mais do que 65 anos.

Perfil da pobreza e extrema pobreza na RMP

Na Região Metropolitana de Piracicaba, 401.006 pessoas estavam inscritas no Cadastro Único (porta de entrada para os programas sociais do governo) em fevereiro de 2023, um volume 6,6% maior do que em dezembro de 2022. Dos inscritos, 55% se encontravam em situação de extrema pobreza ou pobreza.

Município	Pop. em situação de pobreza ou extrema pobreza	População*	% da POP em situação de pob. ou ext pob.
Mombuca	1.141	3.724	30,6%
Elias Fausto	5.410	17.832	30,3%
Conchal	7.057	28.184	25,0%
Santa Maria da Serra	1.407	5.753	24,5%
Capivari	12.020	50.954	23,6%
Charqueada	3.473	15.739	22,1%
Rafard	1.895	9.333	20,3%
Analândia	905	4.577	19,8%
São Pedro	7.293	38.991	18,7%
Araras	24.406	131.300	18,6%
Limeira	52.682	305.169	17,3%
Leme	16.473	97.516	16,9%
Ipeúna	1.145	7.538	15,2%
Santa Cruz da Conceição	621	4.179	14,9%
Corumbatai	691	4.667	14,8%
Rio Claro	22.714	206.950	11,0%
Pirassununga	7.881	73.436	10,7%
Piracicaba	44.927	434.432	10,3%
Águas de São Pedro	304	3.097	9,8%
Iracemápolis	2.028	21.768	9,3%
Cordeirópolis	2.250	26.585	8,5%
Rio das Pedras	2.521	31.503	8,0%
Saltinho	545	8.353	6,5%
Santa Gertrudes	1.481	23.721	6,2%
Total	221.270	1.555.301	14,2%

Alguns dos municípios da região convivem com taxas elevadas da população sobrevivendo com menos do que R\$210,00 mensais. Nesses, é comum que a atividade econômica seja menos dinâmica e

NESTA EDIÇÃO

Pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza na RMP

Desafios à inclusão produtiva

Mulheres responsáveis familiares

São municípios que também possuem dificuldade em gerar empregos formais e quando geram, a maior parcela são empregos de baixa qualidade e com menor remuneração.

Dos 221.270 habitantes da RMP pobres ou extremamente pobres, quase 90.000 eram crianças, adolescentes e idosos, ou seja, em situação de baixa ou nenhuma elegibilidade para o mercado de trabalho. Entre aqueles que eram elegíveis, a maioria possuía sequer o ensino médio incompleto. E qual a consequência para a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho formal?



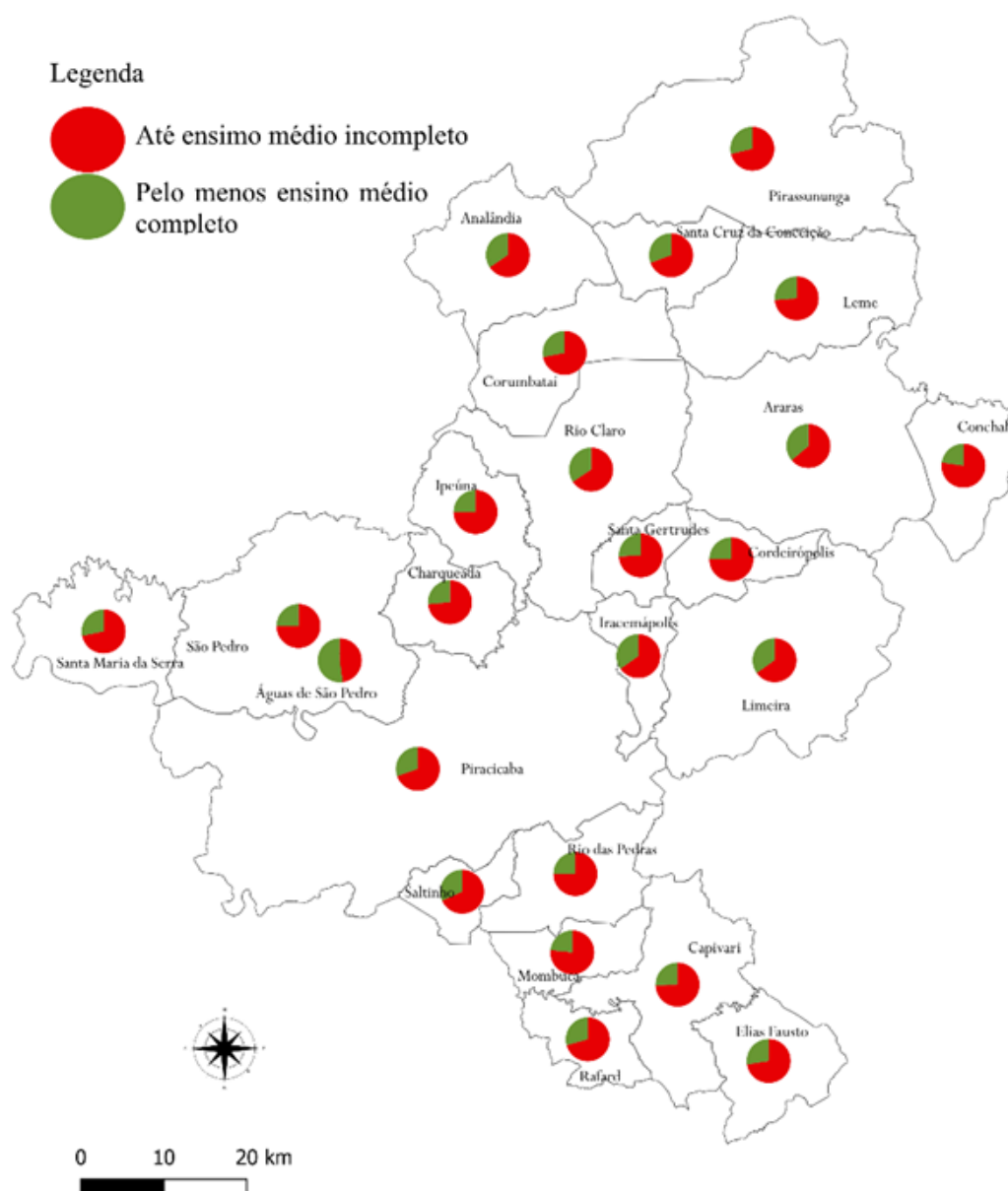
VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

Na RMP, a maior parte dos empregos formais são ocupados por pessoas que possuem pelo menos o ensino médio completo, o que para a maioria das pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza é uma barreira à inclusão no mercado de trabalho formal.

E para aqueles que exerceram atividade remunerada nos últimos 12 meses (30% dos pobres e extremamente pobres), a ascensão profissional por meio de um melhor nível educacional é ainda mais dificultada em função do tempo disponível para dedicação aos estudos.

Grau de instrução dos pobres e extremamente pobres





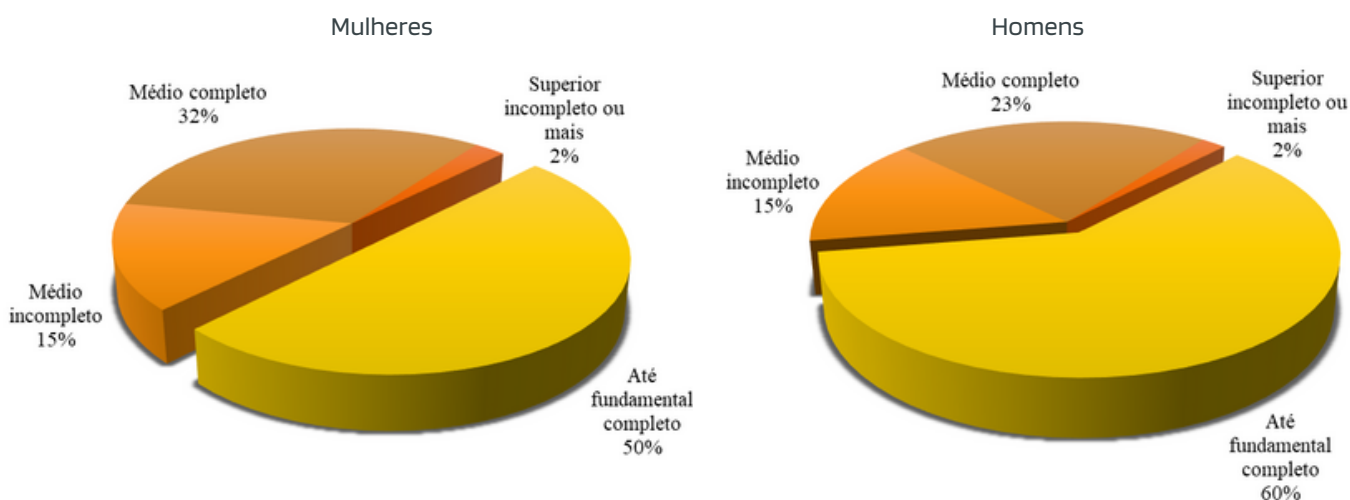
VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

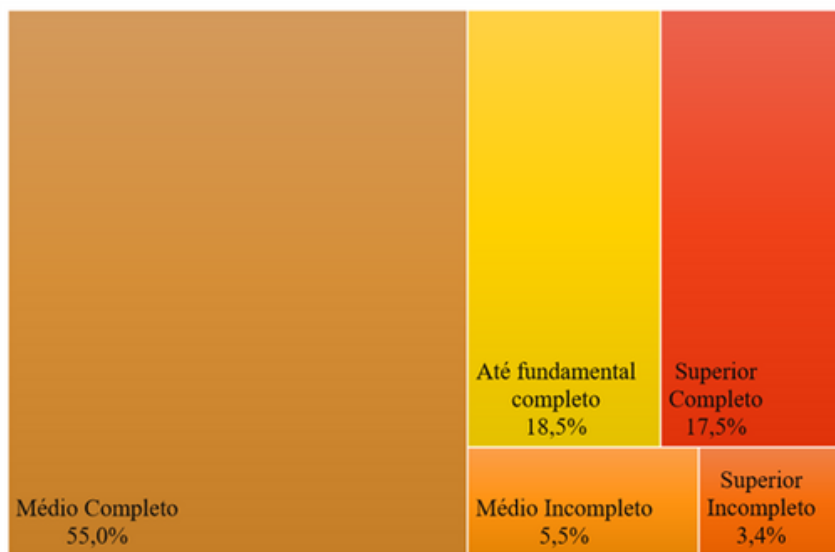
Políticas de estímulo ao crescimento econômico têm potencial de ter efeito, em geral, indireto sobre a população mais vulnerável na região. Taxas maiores de crescimento econômico acompanhadas de crescimento do

emprego formal, ocasionam também a demanda por prestação de serviços gerais, que contêm um contingente elevado de prestadores informais. Porém, a geração de empregos formais acaba se concentrando nas faixas de maior qualificação.

Grau de instrução dos pobres e extremamente pobres



Grau de instrução dos empregados formais na RMP



Apesar do efeito positivo sobre a economia, as referidas políticas mantêm uma parcela não desprezível das pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza em vulnerabilidade empregatícia, caracterizada por ausência de direitos trabalhistas e insegurança financeira.

Além da qualificação formal, a inserção no mercado de trabalho é ainda mais dificultada para mulheres. Na RMP, apenas 40% das vagas formais é ocupada por elas.



VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

Das pessoas minimamente elegíveis para o mercado de trabalho e que sobreviviam com menos de R\$ 210,00 mensais, 65% eram mulheres. Menos de 35% delas exerceram alguma atividade remunerada nos últimos 12 meses.

Quando se observa o núcleo familiar, essa diferença se torna ainda mais evidente. Das famílias inscritas no Cadastro Único na faixa de renda citada, 80% são chefiadas por mulheres, ou seja, tem uma mulher como a principal provedora financeira. De acordo com um estudo realizado pelo IBGE em 2021, cerca de 62,8% das pessoas que viviam em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha de pobreza.

Apesar das mulheres apresentarem instrução formal mais elevada que a dos homens, elas possuem maior dificuldade de inclusão no mercado formal de trabalho. No mesmo estudo do IBGE, 30% das entrevistadas ocupavam posições no mercado de trabalho em tempo parcial, enquanto para homens essa estatística caía para 15,6%. Isso decorre do fato de que a mulher ainda é a responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os moradores do domicílio, em especial idosos e crianças (21,4 horas contra 11 horas dos homens), o que as leva a buscarem ocupações informais e flexíveis em relação ao tempo de dedicação.

Os empregos em tempo parcial e com horários flexíveis tem como característica remunerações menores e mais instáveis. Nessa condição, mulheres acabam optando por esse tipo de trabalho, mantendo os benefícios de transferência de renda, que geram maior segurança financeira, pois são oferecidos com regularidade.

Políticas públicas para a RMP

Pessoas em situação de alta vulnerabilidade podem carecer apenas de uma atividade remunerada que as retire da situação de pobreza ou extrema pobreza. Porém, há que se considerar que uma parcela da população da região nesta situação não está elegível para o mercado de trabalho – como idosos, crianças e adolescentes e adultos em estado incapacitante. Mesmo para aquela população que é elegível para o mercado de trabalho, as condições econômicas regionais, o nível de instrução, a estrutura familiar, a necessidade de permanência no domicílio para cuidar de crianças ou idosos, os afazeres domésticos, o histórico de violência, o abuso de drogas ou mesmo a estigmatização carcerária podem criar uma barreira para sua inserção no mercado formal.

No âmbito da Assistência Social estão previstos benefícios como Benefício da Prestação Continuada e o Benefício Eventual que coexistem com uma ampla rede solidariedade que angaria recursos, alimentos, roupas e demais itens destinados às famílias carentes. Esses recursos institucionais que se constituíram com o intuito de amenizar a situação de pobreza, não têm o poder de retirar as pessoas da armadilha da pobreza – aquela que se perpetua entre gerações nas unidades familiares.

Programas e benefícios com condicionalidades ou de inclusão produtiva têm um potencial maior de criar condições que reduzam a perpetuação da pobreza intergeracional.



VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

Políticas públicas para a RMP

Políticas para estimular o crescimento econômico e de geração de emprego para reduzir o número de pessoas fora do mercado de trabalho amenizariam o problema da vulnerabilidade financeira de famílias carentes na região, mas poderia ter baixo poder de alcance, dado o perfil da mão-de-obra absorvida pela atividade econômica regional - aproximadamente 76% das pessoas empregadas na região possuem pelo menos o ensino médio completo, enquanto que para as pessoas que estão em situação de pobreza ou extrema pobreza, minimamente elegíveis para o mercado de trabalho, 69% sequer conseguiram completar o ensino médio - perfil caracterizado por menor oferta de vagas e de baixa remuneração no mercado de trabalho formal.

Além do perfil da mão-de-obra, é relevante considerar que há desigualdades expressivas na estrutura econômica dos municípios da região. Alguns têm uma maior participação de setores que absorvem maior quantidade de mão-de-obra do que outros, ou mesmo que remuneram melhor, o que gera fluxo migratório de pessoas em busca de melhores oportunidades de trabalho. Essa constatação é muito relevante e denota a importância de se pensar as políticas públicas de inclusão produtiva no âmbito da região metropolitana, para que a efetividade dessas políticas possa se traduzir em estratégias de maior fixação da população nos municípios de origem, reduzindo as perdas de população e os deslocamentos custosos.

Nesses casos, a elaboração de políticas públicas deve priorizar, além de estratégias de manutenção de adolescentes no ensino médio técnico, medidas que promovam os pequenos negócios, cooperativas e fortalecimento da cultura local nas comunidades mais

atingidas pela pobreza e que possam ser assessorados por profissionais para reduzir a possibilidade de mortalidade do empreendimento no curto prazo.

Para a outra parcela que possui os níveis educacionais mais absorvidos pela atividade econômica, são necessárias políticas de treinamento e qualificação adequados à demanda por mão-de-obra local.

Esses representam 31% das pessoas pobres e extremamente pobres em idade para o trabalho na região metropolitana. Nesta, as atividades de serviços e industriais absorvem um contingente não desprezível de mão-de-obra. Para tanto, é necessária a articulação entre empresas e secretarias municipais, especialmente a de assistência social, educação e renda e trabalho para que haja efetividade das ações promovidas pelo poder público.

Uma outra situação que merece atenção com medidas pontuais do poder público é o número de mulheres chefes de família em situação de pobreza e extrema pobreza na região, que é quatro vezes maior que o número de homens. No Brasil, lares chefiados por mulheres, especialmente aqueles em que não há cônjuge e com crianças, são os mais atingidos pela pobreza e extrema pobreza.

A maior concentração desse perfil está localizada em municípios menores e com economias menos dinâmicas, como Elias Fausto, Conchal, Mombuca, Santa Maria da Serra, Capivari, Charqueada, Analândia e Rafard. Se para esses criar oportunidades é uma barreira dada a competição com os centros mais dinâmicos, a garantia de que crianças e adolescentes tenham condições de frequentar a escola, a disponibilidade de benefícios sociais com condicionalidades é condição sine qua non para garantir o rompimento do ciclo da pobreza.



VULNERABILIDADE SOCIAL NA RMP

DESAFIOS, OBSTÁCULOS E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INCLUSÃO PRODUTIVA

Responsabilidade Técnica

Profa. Dra. Cristiane Feltre

Pesquisadora do Observatório da Região Metropolitana de Piracicaba
Professora da Escola de Negócios da PUC-Campinas
Contato: cristiane.feltre@usp.br

Profa. Dra. Eliana Tadeu Tercei

Pesquisadora do Observatório da Região Metropolitana de Piracicaba
Professora do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP)
Contato: ettercei@usp.br

Colaboração

Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social de Piracicaba (SMADS)

Redes Sociais



@oes.rmp



Observatório da Região Metropolitana de Piracicaba
(<https://www.facebook.com/oes.rmp>)

Fontes

Cadastro Único (https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas-maior-nivel-desde-2012>)
Relação Anual de Informações Sociais (<https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>)